

HISTÓRIA

CONTEMPORÂNEA

2

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS

Manaus, 22 de fevereiro de 1985

uma publicação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — DR/AM.

ANIVERSÁRIO DO CORREIO = 20 de Março



"Pronto, em Manaus, palacete para ser instalado confortavelmente o Correio de Manaus, só conheço um, o dos Srs. Marius & Levy, à Rua Marechal Deodoro, com frente para a Praça 15 de Novembro e Rua Theodureto Souto" (RAUL DE AZEVEDO — 1913).

Correio Geral do Amazonas

INTRODUÇÃO

ROBÉRIO BRAGA(*)

O presente estudo não pretende traçar a trajetória histórica do Correio Geral do Amazonas, mas apresentar informações sintetizadas, notadamente do setor postal, ordenadas e publicadas para propiciar uma visão do que tem sido um importante empreendimento ao longo dos anos em nossa terra, exatamente quando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos entrega à nossa comunidade, devidamente recuperado de recente sinistro, o prédio-sede regional que tem tradição na paisagem urbana de Manaus.

Mostrando o passado mais remoto da empresa do Correio na região amazonense, fornecemos, ao mesmo tempo, os dados mais recentes deste serviço com os quais poderá o estudante, o professor, o leitor de modo geral, estabelecer uma comparação com o desenvolvimento de suas atividades.

Diga-se, a respeito deste importante setor de comunicação, que urge uma dedicação de pesquisadores para que seja traçado perfil mais completo, aprofundada a história de sua implantação e evolução em área tão complexa do país para este tipo de serviço, o que viria somar-se a um esforço pessoal por nós já empreendido, quando escrevemos "TELECOMUNICAÇÕES NO AMAZONAS" voltado naturalmente para as comunicações telegráficas e telefônicas.

Estas notas foram reunidas em tempo breve, por solicitação da Diretoria Regional da ECT, o que reafirma a preocupação da Empresa em não só recuperar o edifício-sede de sua administração em nossa capital, mas também de levantar informações que compõem a história da instituição entre nós.

CORREIO NA PROVÍNCIA

Antes mesmo da instalação da Província do Amazonas em janeiro de 1852, pelo político paraense João Baptista de Figueredo Tenreiro Aranha (1.1.1852/27.6.1852), surgem as primeiras determinações oficiais para o funcionamento dos serviços de "correio geral" nesta região, através do Aviso do Ministério do Império de 29 de setembro de 1851, que "recomendava a organização da Repartição dos Correios".

Um dos primeiros atos do Presidente Tenreiro Aranha, ao lado da organização da Instrução Pública, foi a expedição da Instrução datada de 6 de fevereiro de 1852, para o estabelecimento do Correio Marítimo e de outras repartições, a ser efetivado entre a capital, as vilas, freguesias e povoados da Província, logo seguidas de Instruções de 3 e 29 de março e de 8 de maio do mesmo ano. Estas últimas ficaram sem implementação pela falta de recursos alocados no orçamento provincial.

Do Relatório do Presidente (1852), primeiro documento oficial de autoridade local dando conta da administração pública, encontra-se o pensamento daquele homem público sobre o estabelecimento de tão importante serviço, quando declara:

"Para de pronto ocorrer-se, como se tem ocorrido, às necessidades do serviço público, um dos meus primeiros cuidados foi estabelecer quatro correios, que, de mês em mês, viessem de pontos limítrofes, percorrendo todos os intermédios até esta Capital, com as cousas e pessoas que já têm vindo para diferentes aplicações, como se mostra nas Instruções, que já têm sido, por aditamentos, acomodadas às conveniências e necessidades locais".

A primeira estatística conhecida, a partir de então, data de 5 de setembro de 1852, correspondente ao semestre anterior e já demonstra o funcionamento razoável do Correio pelo tráfego de correspondência (jornais, cartas, ofícios) que chegaram a 1.233 recebidos e 645 expedidos, na capital.

Na administração do 2º. Vice-Presidente, Conselheiro Herculano Ferreira Pena (22.4.1853/11.3.1855), os Correios compunham-se de um Administrador-tesoureiro; um Ajudante contador; um Praticante porteiro; um Carteiro, com agências criadas nas vilas, menos em Silves e nas Freguesias de Borba e Serpa. Pelas dificuldades financeiras, os coletores da Fazenda pública no interior acumulavam também as funções de direção do posto de correios, por pequena gratificação.

Por estas e outras injunções estruturais, apenas entre Manaus e Serpa (Itacoatiara) e Manaus e Vila Bela, o movimento era regular e satisfatório.

Para se ter uma noção mais próxima do movimento da correspondência em relação ao quadro anterior, que inclui ofícios, cartas seguras, cartas com selos francos, cartas de porte e jornais, veja-se as localidades que mais se relacionaram com Manaus:

| LOCAL | RECEBIMENTO | REMESSA |
|----------------|-------------|---------|
| Rio de Janeiro | 547 | 399 |
| Pará | 1.390 | 1.114 |
| Bahia | 62 | 23 |
| Maranhão | 70 | 43 |
| Tefé | 325 | 472 |
| Vila Bela | 270 | 189 |
| Serpa | 212 | 103 |

Ao mesmo tempo, verifica-se também que estavam regularmente ordenadas as linhas com outras Províncias, especialmente o Pará e a sede do Império, com as quais a comunidade local mantinha a correspondência mais intensa.

Se ainda hoje a navegação pelos rios, lagos, paranás e furos da região amazônica é de vital importância para a vida das populações ribeirinhas, muito mais ao tempo provincial, quando, inteiramente, toda a relação entre a capital e aquelas populações dependia da navegação a vapor. O Correio mantinha as linhas fluviais, valendo-se das diversas concessões do governo para a exploração do comércio e da navegação.



Tenreiro Aranha

Conforme os levantamentos estatísticos mais completos, no período correspondente a 2 de janeiro de 1852 a julho de 1853, o movimento geral da correspondência na Província, tramitada de forma legal, foi o seguinte:

| LOCAL | RECEBIDOS | EXPEDIDOS |
|-------------------------|-----------|-----------|
| Da Corte e Províncias | 4.486 | 3.727 |
| Vila Bela da Imperatriz | 270 | 189 |
| Maués | 112 | 90 |
| Serpa | 212 | 103 |
| Borba | 138 | 61 |
| Ega | 325 | 472 |
| Barcelos | 163 | 57 |

Com o estabelecimento da segunda linha de navegação a vapor (1854), ampliaram-se as chamadas linhas de correio, até porque paralelamente a administração local vinha se valendo do serviço de "correios militares" para todos os fins. Estes "correios" funcionavam com pequenas canoas tripuladas por índios que traziam e levavam a correspondência oficial estabelecendo contato entre Tabatinga, Solimões, Marabitanas, São Gabriel e a capital.

O 6º. Presidente da Província, Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha (24.11.1860/7.1.1863), em seu Relatório de 3 de maio de 1861, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, dá a exata noção desta importância a que nos referimos, quando afirma:

"A navegação a vapor estabelecida nas águas desta província facilita muito este serviço. Em geral, há como convém ao público, e particular interesse, pontualidade e rapidez na remessa, e recebimento da correspondência. Não gozam entretanto dessas vantagens os Municípios de Borba, Barcelos e Silves, compreendendo dez freguesias".

Verifica-se também que pelos Correios, como por outros serviços, o mesmo Presidente reclamaria em outra seção do seu Relatório, rogando ao Legislativo que autorizasse providências para o estabelecimento de navegação a vapor para o rio Negro e o rio Madeira, questão que ainda se arrastaria por algum tempo, levando a que em 3 de maio de 1862 fosse estabelecido um expresso militar, ligando Crato, no rio Madeira, com a capital do Amazonas e

(*) ROBÉRIO BRAGA é Presidente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, membro Efetivo da Academia Amazonense de Letras e do Conselho Estadual de Cultura.

HISTÓRIA DOS CORREIOS NO A

que serviria não só de Correio oficial, mas que se estabeleceria "fundado nas necessidades do serviço da guarnição militar da fronteira naquele lugar".

Para um administrador mais preocupado com a qualidade do serviço público, o correio provincial quanto apresentasse certa regularidade, na capital, não contemplava seus empregados com condições mínimas para que se procurasse melhorar os serviços no interior, mais precisamente. É o que afirma com este pensamento, o Com. João Wilkens de Mattos, 12º. Presidente da Província (24.11.1868/8.4.1870), que teria depois funções relevantes no Império. Vejamos o texto original do Presidente, em seu Relatório de 4 de abril de 1869, em Manaus:

"Nesta província, a exceção da capital, onde há muita regularidade no serviço postal, não é ele em geral satisfatório. E, em verdade, não se compreende como, com tão mesquinhos vencimentos, pode exigir-se serviços mais completos do que os que se fazem."

Mesmo assim, levantadas as informações estatísticas, desta feita, comparativamente, por quinquênio de funcionamento desta Repartição, constata-se um crescimento da ordem de 176% no segundo, em relação ao primeiro período e, no terceiro, de 137,4% na mesma relação. Este crescimento, como todo o desenvolvimento do serviço até à República, refere-se ao movimento postal, pois que em relação à arrecadação financeira, foi, seguidamente, deficitário.

Em 1875 existiam em toda a província 8 agências fora a capital, instaladas em Tefé, Maués, Parintins, Barcelos, Coari, Silves, Tabatinga e Itacoatiara.

A organização do empresariado amazonense vinha concorrer para a melhoria dos serviços, ou correção, quer na área de correio e telégrafo, como na iluminação pública e outros, passando a Associação Comercial do Amazonas, fundada em 18 de junho de 1871, a atuar junto ao governo para a solução de problemas atinentes a estes serviços, ora reclamando providências, ora diretamente auxiliando nas soluções.

CORREIO NA REPÚBLICA

A organização da República, no país, fundou-se também na reestruturação dos serviços públicos, notadamente os de responsabilidade federal, o que importa dizer que não foram dadas soluções a questões locais, como constata-se que solicitações simples, mas fundamentais para a realidade regional, não mereceram a devida atenção por longos anos, como a aquisição de um "escaler" que pudesse servir de combate ao contrabando postal no porto de Manaus.

Em 1892, portanto primeiros anos da República, havia linhas de correio para o Rio de Janeiro, Liverpool, Nova Iorque e Pará, acompanhadas, naturalmente do crescimento da receita ordinária, em índice não alcançado desde 1882, na ordem de 37:649\$210, o que não evitou ainda o "déficit", pois a despesa foi de 39:227\$704.

Os serviços urbanos estavam ampliados. Tínhamos 124 caixas de assinantes, sendo 100 delas utilizadas por particulares e as demais pelo Governo. Uma questão profissional começava a agitar a classe local. Em todo o país havia os carteiros ambulantes, que recebiam representação especial pelo serviço. Nesta categoria não se colocavam os chamados "carteiros embarcados", ou "fluviais", embora a mesma peculiaridade do serviço. Esta questão foi resolvida a seguir, até porque no Amazonas era notória a importância de tais servidores, porque se achava em pleno funcionamento o chamado "correio fluvial", que neste ano chegou a distribuir nos rios Madeira, Purus, Juruá, Solimões e Negro, 43.375 correspondências chegadas e 23.865 outras foram expedidas.

O movimento maior na região era do correio fluvial, embora também tenha crescido logo o de caixas de assinantes, serviço especial que atendia a população urbana, mas as dificuldades aumentavam, a ponto deste serviço ser suspenso nos rios amazônicos e serem fechadas as agências de Borba, Fonte Boa, Moura, São Paulo de Olivença, Silves e Uruará (1895).

O fantasma do serviço era o "déficit" financeiro que crescia em escala considerável. Dados de 1888 mostram uma receita de 23:467\$578 para uma despesa de 27:451\$673 e em 1897, portanto, na República, cresceram para 68:156\$282 e 83:721\$882, respectivamente.

Neste ano, assim mesmo, um melhoramento foi introduzido com a instalação da primeira caixa urbana de coleta na capital, e já no ano seguinte passávamos a ter 390 caixas de assinantes na sede do órgão.

Em 1900, o "déficit" não seria diminuído, embora o crescimento do serviço, especialmente com a linha de correio para o Mediterrâneo, possa, a princípio, denotar crescimento real, ao lado das 13 agências existentes no interior e agora, cinco caixas urbanas de coleta na capital.

Dois anos depois (1902), tínhamos 22 linhas de correio com 9.686 km, num total de 40 viagens mensais e, comparativamente aos demais Estados da Federação, estávamos em igualdade de condições com o Rio Grande do Norte, em inferioridade a Mato Grosso e superioridade a Sergipe. Eram então, em todo o país, 1.772 linhas terrestres de correio. Nós tínhamos duas linhas fluviais, 8 carteiros, 8 caixas urbanas de coleta localizadas nas ruas Marcílio Dias, Praça dos Remédios, Marquês de Santa Cruz, Praça da República, Instalação, em frente ao Mercado Público, na sede do Correio e em frente ao Jornal do Comércio.

Das 620 caixas de assinantes na capital, 463 eram alugadas e rendiam 14:520\$000 réis que, mesmo somados a todas as demais receitas, inclusive às das 36 agências do interior, não possibilitavam um equilíbrio orçamentário.

A queda da borracha no mercado europeu também refletiu nestes serviços. Tanto assim que a 31 de dezembro de 1914 foi extinta a administração do Acre e subordinados, aqueles serviços, à administração do Amazonas, então dirigida por Raul de Azevedo.

O contrabando postal era enfrentado pela administração local, notadamente com a lancha "Lírio de Siqueira", recuperada dois anos antes e que gerou imensa confusão processual nos seus gastos financeiros.

No ano de 1916, um notável melhoramento seria implantado, com o serviço de "colix-postaux", ainda que somente com a Argentina. Neste ano foram postadas, em Manaus, 236.812 correspondências, fora as 10.909 postadas para o estrangeiro.

Foram apreendidas em contrabando, sem selo, um total de 23.788 documentos e mais 618 objetos, somente no porto de Manaus.

É desta mesma época o serviço da linha ferroviária de Madeira-Mamoré, quando Manaus tinha já 26 caixas coletoras urbanas e suburbanas, e o tradicional contrabando era enfrentado com fiscalização portuária e agentes embarcados.

Assim, em Ofício de 11 de dezembro de 1879, como em 19 seguinte, e em novos documentos de 31 de janeiro de 1880 e 30 de março do mesmo ano, a ACA reclamava aos Presidentes da Província, Tenente-Coronel José Clarindo de Queiroz e Sátyro de Oliveira Dias, respectivamente, quanto à morosidade dos serviços postais de então, especialmente por documentos postados em Belém e que não foram "embarcados" no vapor do mesmo período, gerando um consequente atraso de cerca de 20 dias na entrega em Manaus.

O "déficit" financeiro crescia de ano para ano. Em 1879/80 foi da ordem de 4: 189\$926, e os serviços não conseguiam, por isso mesmo, acompanhar o crescimento geral da Província, vivendo já anos significativos do ciclo da borracha.

A esse respeito, diz o próprio administrador dos Correios, em julho de 1881, em documento constante do Relatório geral enviado ao Ministério da Viação: "o que é para lamentar é que o movimento postal não tenha acompanhado o desenvolvimento comercial e de navegação a vapor."

Tínhamos então 8 agências em funcionamento e a administração local solicitava mais duas, sendo uma em Manicoré e outra em Santo Antônio, mas a realidade financeira do serviço não podia possibilitar este feito, porque a receita das agências não dava para pagar sequer a gratificação do agente, graças ao intenso "contrabando postal" estabelecido e que perduraria por muito tempo.

As linhas de Correio eram da seguinte ordem: 5 viagens do Pará para Manaus, por mês e apenas uma viagem ao Madeira, Purus, Negro, Solimões, Tabatinga e Peru a cada mês; apenas uma viagem para o Juruá a cada dois meses e uma linha estrangeira ligando Manaus a Liverpool, seis vezes por ano.

Não foram consideráveis as melhorias deste serviço até o final do Império. Persistiram as dificuldades financeiras com o constante "déficit" da administração local, assim como as restrições às linhas de correio e o "contrabando postal" seriam também vícios conhecidos pelos republicanos.

Um levantamento mais recente, apenas para amostragem das condições que perduraram por longo tempo, demonstra o desequilíbrio financeiro da década de 20. Vejamos a seguir.

| ANO | RECEITA (\$) | DESPESA (\$) |
|------|--------------|--------------|
| 1925 | 199.740 | 1.233.208 |
| 1926 | 209.564 | 1.148.672 |
| 1927 | 234.192 | 1.320.955 |
| 1928 | 313.485 | 1.709.132 |

A estrutura administrativa era pequena. Somava 159 funcionários na sede, mais 98 nas agências subordinadas, incluindo o Acre e, nas 22 linhas de Correio, 20 agentes embarcados para o serviço fluvial.

Tínhamos ao todo 28 linhas postais, sendo 22 fluviais, 4 pedestres, 1 férrea, 1 de bonde, que realizaram 983 viagens em 1928. O notável melhoramento da linha aérea ainda não era executado no Amazonas.

Para a perfeita distribuição do serviço, eram 11 os distritos para correspondências simples e 5 para registradas, e foram entregues 343.958 documentos simples e 40.381 registrados.

Depois foi a vertigem da borracha aumentando, quase desaparecendo da economia, até o novo esforço de soerguê-la ao tempo da 2ª. Guerra Mundial, mas a estrutura funcional dos serviços não se modificava tanto, ao ponto de serem solicitados os serviços de apoio da empresa "Rubber Corporation", pelos seus aviões, no desenvolvimento dos serviços do correio aéreo na região, em 1943.

Em diante, o quadro permaneceria no mesmo diapasão, até os dias modernos, quando do advento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, vinculada ao Ministério das Comunicações, momento a partir do qual várias transformações foram efetuadas, propiciando diversificação e melhoria de qualidade de seus serviços e consequente maior credibilidade perante o público usuário, notadamente na região amazônica.

SEDE

Para sua instalação, bem como durante anos seguidos, a administração do Correio valeu-se de prédios públicos, a maioria deles servindo também a outros repartições, ficando a funcionar até 1876 no pavimento térreo da sede da Presidência da Província, em casa arrendada à Rua Brasileira, atual Avenida 7 de Setembro, que, segundo ensina mestre Genesino Braga, era sobrado de propriedade de Henrique Antony, onde foi depois o Hotel de França.

Funcionando sempre em prédio alugado ou cedido, esteve em vários edifícios, a maioria deles sem condições regulares para seu funcionamento, como foi intensamente reclamado pelos administradores até a aquisição do prédio central de hoje.

Até 10 de janeiro de 1892, funcionou em prédio do governo, na Rua Marechal Deodoro, mudando-se porque o edifício foi vendido a particular, obrigando o Correio a contratar aluguel em prédio da Praça Riachuelo, área hoje em que se compreende quarteirão da atual Avenida Eduardo Ribeiro, Marechal Deodoro, 7 de Setembro e Quintino Bocaiuva.

AMAZONAS

A repartição não podia arcar com estes ônus, e reclamava, seguidamente, apoio do governo para cessão de novo prédio.

O prédio antigo, onde havia funcionado na Marechal Deodoro, foi permutado com o comerciante Caetano Monteiro da Silva, para que fosse construída a sede da Imprensa Oficial na administração de Eduardo Ribeiro, na Avenida Municipal, atual 7 de Setembro, onde se encontra a sede da agência central do Banco do Estado do Amazonas (1893) e a respeito do que, dizia o governante: "resultou em enorme vantagem para o Estado".

O governo do Estado não podia atender às constantes solicitações de cessão de prédio para o Correio. Nem mesmo as repartições oficiais tinham sede própria, na sua maioria, como ao tempo da Província, em que faltavam edifícios condignos aos órgãos públicos.

Por indicação partida de Manaus, o Diretor Geral dos Correios iria interferir junto ao Ministério da Viação para que se conseguisse a cessão do prédio onde havia funcionado a Caixa Econômica em Manaus "por ser o único edifício ali existente nas condições desejadas", no que não foi atendido, sendo então contratado aluguel com Henrique Maggolini, para utilização de espaçoso prédio, por 3 anos, no valor de 800\$000 mensais, a partir de 3 de dezembro de 1897, em substituição ao antigo à Rua Municipal, que em 1894 havia sido alugado por 4 anos mas que não oferecia as condições mínimas de funcionamento do serviço.

A administração local continuava insistindo na necessidade de aquisição de prédio definitivo para o Correio, tanto assim que solicitou ao engenheiro Manoel Uchôa Rodrigues que elaborasse estudos para a adaptação do prédio da Caixa Econômica, que, durante anos, foi alvo das intenções da Repartição, a qual atuou junto ao Ministério respectivo para obter a sua liberação.

No ano de 1900, portanto na vigência ainda do último contrato de aluguel (1897), o Correio já estava na Rua Barroso, em prédio do Governo. Por necessidade da administração, o prédio foi solicitado, passando o Correio a funcionar então, na mesma rua, na casa de número 11, mediante aluguel de 1\$500 por mês. Este imóvel, como os demais, não satisfazia às necessidades do órgão, conforme se vê do relatório oficial a respeito:

"Como a maioria dos prédios existentes em Manaus este sobrado ao qual falta ventilação necessária, se torna extraordinariamente antihigiénico, tanto no verão como no inverno, não se prestando portanto, a agasalhar uma repartição pública de tamanho pessoal e movimento diário e constante como esta. Resultam desses graves inconvenientes as moléstias que coagem os empregados a solicitarem reiteradas licenças".

Ainda ali estava em 1910, mudando-se, por interferência do Diretor, Acadêmico Raul de Azevedo, para o palacete à Praça XV de Novembro, de propriedade de Francisco Nicolau dos Santos, com dois grandes salões, e alugando a seguir, ao mesmo proprietário, dois armazéns à Rua Demétrio Ribeiro, com comunicação com os fundos para o prédio central. As obras de adaptação e pintura foram processadas pelo proprietário, da mesma forma os armazéns da Rua Demétrio Ribeiro, um deles, de número 28, mudando-se então o Correio, em apenas 24 horas, sem interrupção dos serviços.

Para traduzir o que representava a nova sede, leia-se num dos jornais da época (outubro de 1911), "... à porta do Correio passam todos os bondes da cidade, o que é uma grande conveniência para o público. Em frente ao palacete está o jardim da Municipalidade."

O Acadêmico Raul de Azevedo, a esse respeito, se manifestou:

"O edifício é elegante, tem ar e luz, e são dois grandes e vastos salões divididos apenas as secções por grades de madeira, de menos de meio metro de altura.

Tão grande porém, é o aumento postal amazonense, que, na mesma ocasião tive de alugar do mesmo proprietário dois prédios à rua próxima, Demétrio Ribeiro, com comunicação interna com o prédio central, afim de dar vazão ao serviço".

Não era definitivo, pelas próprias necessidades de ampliação dos serviços, como pela situação de aluguel, embora assim pretendesse a administração central.

Surgiram então várias propostas e opções para aquisição do prédio definitivo do Correio, como um edifício em construção pelo próprio Governo Federal, à Praça XV de Novembro, com frente para a Rua Marechal Deodoro, ou a casa à Rua Saldanha Marinho, 46 de propriedade do Deputado Joaquim Pereira Teixeira, descartadas pelo administrador local, que, afirmava em seu Relatório:

"Pronto, em Manaus, palacete para ser instalado confortavelmente o Correio de Manaus, só conheço um, o dos Srs. Marius & Levy, à Rua Marechal Deodoro com frente para a Praça 15 de Novembro e Rua Theodureto Souto.

É o local mais central de Manaus, no coração do comércio, uma quadra distante do porto. A construção é de alvenaria. São 4 pavimentos corridos, amplos, cheios de ar e de luz, sem sub-divisões, higiénicos."

Diz, a seguir, o administrador, como testemunho diante do futuro, que hoje encarnamos:

"O Correio, ali, ficaria otimamente instalado por 60 ou 80 anos.

Não vejo em Manaus outro edifício que se lhe compare, para o Correio".

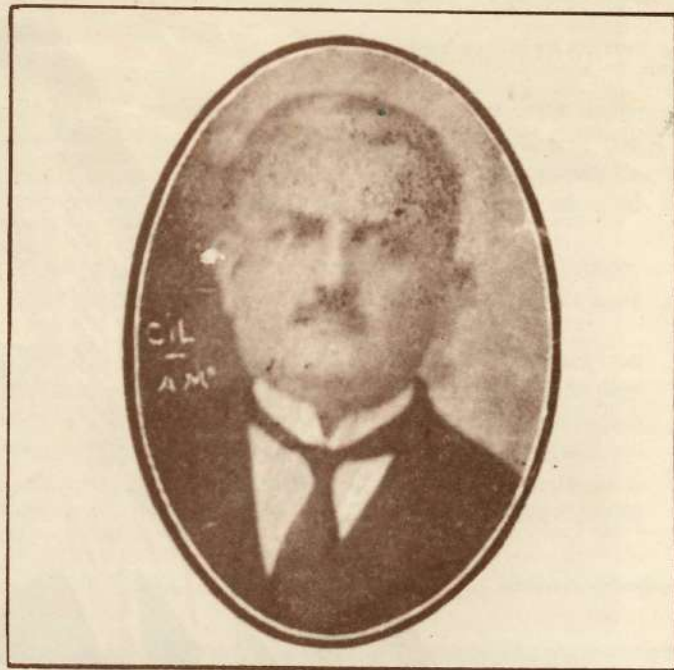
Raul de Azevedo cuidou de mobilizar a comunidade amazonense para sensibilizar as autoridades federais visando a aquisição do prédio próprio dos Correios, inclusive a Associação Comercial que a esse respeito se pronunciou em expediente formal ao Diretor Geral dos Correios. A longa exposição, no Of. 765, de 11 de dezembro de 1913 desencadeou o processo formal de compra do prédio, onde o administrador realçou todas as condições físicas do imóvel, a sua estrutura em ferro e alvenaria, os seus amplos salões, chegando a afirmar que a foto enviada "Dá idéia perfeita do monumental edifício que é um dos melhores do Brasil e o primeiro de Manaus, no gênero".

O preço então era de 550\$000 réis, considerado razoável, mas que foi corrigido, quando da compra, anos depois.

A mobilização comunitária, daria certo. Além da Associação Comercial, agiram da mesma maneira a Delegação Fiscal do Tesouro Federal no Estado do Amazonas, a Fiscalização das Obras de Melhoramentos do Porto de Manaus, e inclusive parecer técnico do engenheiro Adalberto Pedreira, em 9 de dezembro de 1913, declarando a solidez da construção e que entendia ser, o preço, justo.

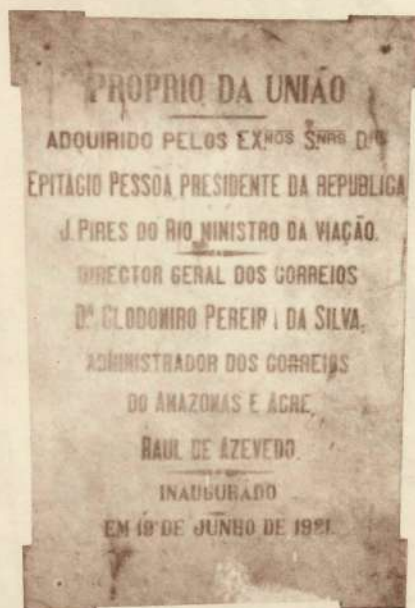
A trajetória seria longa, até a consecução deste objetivo.

Finalmente, em 14 de junho de 1921 foi efetivada a compra pelo Governo da União, no valor de 612:000\$000 réis em apólices da dívida pública, aos proprietários, firma francesa representada em Manaus por Paul Levy, e o imóvel, edificado em área do Comendador Francisco de Souza Mesquita, passou a integrar a propriedade federal, nele sendo instalado, imediatamente, o Correio Geral do Amazonas e Acre.



Raul de Azevedo

INAUGURAÇÃO



Em solenidade pública, que contou com a presença de autoridades e convidados especiais, inclusive a imprensa local, foi inaugurado como repartição dos Correios, em 19 de junho de 1921, às 9:30h, após as adaptações que foram custeadas pelos antigos proprietários.

No subsolo, ficaram instalados, o almoxarifado, biblioteca, arquivo, depósito geral, sobrando ainda mais duas salas; no térreo, a recepção de malas e registrados, o serviço de tráfego e a divisão de contato direto com o público, como venda de selos, posta restante, caixa de assinantes, portaria e depósito de correspondência; no primeiro piso, ficaram o Gabinete do Administrador, o Salão de Honra, a Secretaria, o setor de expediente, Contadoria, Tesouraria e o "colis postaux".

Provido de elevador, com suporte para 3 toneladas, o edifício ficou aberto à visitação pública, neste mesmo dia, das 10:30 até às 12 horas, e, à noite, pela primeira vez, teve a sua fachada inteiramente iluminada.

A solenidade foi coordenada por diversas comissões de funcionários, que foram convidar, diretamente, as principais autoridades do Estado e teve, na Banda do 27º Batalhão de Caçadores, os acordes musicais que ilustraram o evento.

No discurso oficial de inauguração, Raul Azevedo assim se pronunciou:

"Devemos assinalar com prazer e carinho a data de hoje. Ela diz da inauguração do novo edifício da Administração dos Correios no Amazonas e Acre, com sede em Manaus..... Casa de trabalho, não lhe tenho dado luxo, em mais dum decênio que a dirijo, mas todo o conforto e decência que me tem sido possível".

A seguir, agradeceu ao empenho do Deputado Antonio Nogueira, que agiu decisivamente junto ao governo federal para que a compra fosse efetivada e conferiu, ao Tenente-Coronel Octávio Sarmento, representante do Governador e do Prefeito de Manaus, a honra de descerrar o retrato do Presidente da República.

Estiveram presentes, dentre outras personalidades e autoridades, o

Monsenhor Antero José de Lima, Dr. Simplicio Coelho de Rezende que era Secretário Geral do Estado, Francisco Tavares da Cunha Melo, à época Juiz Federal, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado e médico Alfredo da Matta, Araújo Lima, Virgílio Ramos, Themístocles Gadelha, Manoel de Miranda Simões, J. B. Faria e Souza, Henrique Rubim, dentre os intelectuais

e Vivaldo Lima como representante do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, o Comendador J. G. Araújo, Dr. Aristides Leite e o jornalista Joaquim Gondim, representante do Jornal do Comércio.

Após o ato, visitadas as instalações, foi servido champanhe aos convidados e, sem dúvida, concretizado um alentado sonho.

O CORREIO HOJE

Inteiramente reorganizado em sua estrutura funcional e na sua proposta de trabalho, o Correio de hoje é científico, com bases bastante sólidas para enfrentar, nas novas eras, o crescimento da sociedade brasileira.

No Amazonas, concentra-se em uma Diretoria Regional cujos serviços são amplamente reconhecidos pela comunidade como altamente satisfatórios, à altura do centro de crescimento industrial e comercial que a Zona Franca possibilitou à nossa terra.

Atende hoje a 57 Municípios, tendo, na capital, 16 agências postais telegráficas e uma agência postal, chegando ao interior com 35 agências postais telegráficas e 18 agências postais, além de abranger também o Território Federal de Roraima, com 06 agências.

Dados levantados em fevereiro do corrente ano, demonstram uma distribuição domiciliária de objetos simples, da ordem de 10.888.450/ano, e de 528.300 objetos registrados/ano, bem como serviços internos, num movimento de 327.900 objetos/ano sem registro, e 14.038 devidamente registrados. Na "posta restante" são movimentados 93.350 objetos/ano e mais 14.275 por mês, no setor de entrega de encomendas pelo sistema de Reembolso Postal.

O serviço telegráfico, aqui instalado a princípio em conexão com os cabos subfluviais da Amazon Telegraph modernizados por Efigênio Sales, hoje é dos mais modernos e dinâmicos, alcançando índices significativos de 142.578 mensagens nacionais taxadas no último ano.

Depois do sinistro, em 06.03.82, processadas as medidas administrativas competentes, foi contratada a obra de recuperação do edifício, iniciada em 15 de março de 1984, no valor de Cr\$ 2.250.000.000, empregando

cerca de 150 servidores (efetivo médio mensal), através da firma Construtora Guimarães Castro Ltda, conforme projeto desenvolvido pelo Departamento de Engenharia da ECT.

Colocado em condições as mais modernas, todas as modificações foram processadas internamente, de modo a preservar inteiramente a conformação estrutural e a apresentação arquitetônica do edifício, hoje com área construída de 3.295 m². com sistema de ar condicionado central por água congelada, sistema de telefonia interna com 20 troncos e 120 ramais e capacidade final para 80 troncos e 800 ramais, além de todo o sistema de segurança e combate a incêndio dentro das normas mais rígidas da ABNT e do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Amazonas. Possui 2 elevadores, com telefone e opção de uso em caso de incêndio.

A Agência Central de Manaus instalar-se-á no pavimento térreo do prédio, sendo o setor de Atendimento composto de 16 guichês. Ocupará ainda o subsolo, para entrega de Reembolso Postal, e complementando, na sobreloja, com a prestação dos serviços de Posta Restante e Caixa Postal, este último com a colocação de 800 caixas à disposição dos usuários. Na sobreloja, funcionará também a Agência Filatélica Ajuricaba.

Os demais pavimentos serão ocupados por áreas administrativas da Regional, incluindo, além do Gabinete da Diretoria, os seguintes órgãos. Assessoria Jurídica, Gerência Regional de Engenharia, Assessoria de Planejamento e Coordenação, Inspetoria Regional, Gerência Financeira, Gerência de Administração de Pessoal e Núcleo do Postal (Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos).

Vai, por certo, atender dinamicamente ao povo amazonense.



Vista Interna da Agência Central





Entrada principal da Agência, Rua Marechal Deodoro

HISTORIA 2

Responsabilidade do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas

Rua Bernardo Ramos, 117, Manaus, CEP 69000

Uma publicação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — DR/AM.

Ano do 1º. Centenário de Nascimento de Benjamin Lima